

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
PROVA DISCURSIVA (MATERIAL - CLIQUE AQUI)								
CONHECIMENTOS GERAIS – PARA TODOS OS CARGOS								
LÍNGUA PORTUGUESA								
Ortografia e acentuação.								
Emprego do sinal indicativo de crase.								
Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.								
Relação do texto com seu contexto histórico.								
Denotação e conotação.								
Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre.								
Intertextualidade.								
Figuras de linguagem.								
Morfossintaxe.								
Elementos estruturais e processos de formação de palavras.								
Sinonímia e antonímia.								
Pontuação.								
Pronomes.								
Concordância nominal e concordância verbal.								
Flexão nominal e flexão verbal.								
Vozes do verbo.								
Correlação de tempos e modos verbais.								
Regência nominal e regência verbal.								
Coordenação e subordinação.								
Conectivos.								
Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas).								

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
PROVA DISCURSIVA (MATERIAL - CLIQUE AQUI)								
LEGISLAÇÃO DA DEFENSORIA								
Constituição Federal (arts. 5º, 37 e 134).								
Lei Complementar Federal nº 80/1994.								
Emenda Constitucional nº 45/2004.								
Emenda Constitucional nº 80/2014.								
Constituição do Estado da Paraíba (dispositivos relativos à Defensoria Pública).								
Lei Complementar nº 205/2024.								
Lei Complementar nº 58/2003.								
Demais normas estaduais pertinentes à organização da DPE-PB.								
CONHECIMENTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS								
Fundamentos Constitucionais.								
Organização da Defensoria Pública da Paraíba.								
Atuação Institucional.								
Princípios Institucionais e Atuação Extrajudicial.								
Ética Institucional.								
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS								
NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADA ÀS DEFENSORIAS								
Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização.								
Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.								
Gestão da Qualidade: excelência nos serviços públicos.								
Gestão de pessoas.								
Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais.								
Gestão de resultados na produção de serviços públicos.								
Processo organizacional: planejamento, direção, coordenação, comunicação, controle e avaliação.								

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
<u>PROVA DISCURSIVA (MATERIAL - CLIQUE AQUI)</u>								
Gestão estratégica do Poder Judiciário brasileiro.								
Negócio, missão, visão de futuro, valores.								
Diagnóstico organizacional.								
Análise dos ambientes interno e externo.								
Tipos de decisão e processo decisório.								
Governança e governabilidade.								
Gestão de risco.								
Gestão por Processos.								
Gestão por Projetos.								
Gestão de contratos.								
Noções de Orçamento Público: Orçamento na Constituição Federal de 1988.								
Governança pública.								
Integridade.								
Compliance.								
Planejamento estratégico.								
Gestão por resultados.								
Transparência.								
Prestação de contas.								
Controle interno.								
Controle externo.								
Lei de Acesso à Informação.								
Lei Geral de Proteção de Dados.								
Lei Federal nº 13.460/2017.								
NOÇÕES DE DIREITO DO CONSUMIDOR								
1. Direitos do Consumidor e Política Nacional das Relações de Consumo.								
2. Relação de Consumo: Consumidor, fornecedor, produto e serviço.								

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
PROVA DISCURSIVA (MATERIAL - CLIQUE AQUI)								
3. Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo: Fato e vício do produto e do serviço.								
4. Práticas Comerciais e Proteção Contratual: Oferta, publicidade, contratos de consumo, cláusulas abusivas e direito de arrependimento.								
5. Defesa do Consumidor em Juízo: Tutela individual e coletiva. Inversão do ônus da prova.								
6. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor: Competências e atuação dos órgãos de proteção ao consumidor.								
7. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990): Princípios, normas gerais e disposições fundamentais.								
8. Jurisprudência dos Tribunais Superiores: Entendimentos do STF e do STJ em matéria de Direito do Consumidor.								
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL								
1. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.								
2. Organização do Estado: organização político-administrativa, União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.								
3. Administração Pública: servidores públicos.								
4. Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência, processo legislativo.								
5. Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de governo; atribuições e responsabilidades do Chefe do Poder Executivo dos entes federados.								
6. Poder Judiciário: Disposições gerais, Tribunais Superiores, tribunais e juízes eleitorais.								

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
<u>PROVA DISCURSIVA (MATERIAL - CLIQUE AQUI)</u>								
7. Funções essenciais à Justiça: da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Advocacia Pública e não Pública								
8. Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; educação, cultura e desporto; ciência e tecnologia e inovação; comunicação social; meio ambiente; família, criança, adolescente, jovem e idoso; índios.								
7. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.								
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO								
1. Direito administrativo. Conceito. Objeto. Fontes.								
2. Administração pública. Conceito, organização e modelos. Regime jurídico administrativo. Princípios expressos e reconhecidos. Poderes da Administração Pública. Poderes e deveres dos administradores públicos. Uso e abuso do poder. Controle da Administração Pública no Brasil. Transparência e acesso à informação no Poder Público. Órgãos públicos.								
3. Administração Direta e Indireta. Aspectos gerais da Administração Direta. Autarquias. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Fundações públicas. Pessoas jurídicas vinculadas ao Estado.								
4. Ato administrativo. Conceito, características e atributos. Elementos e requisitos de validade. Classificação e espécies. Formação e efeitos. Extinção, revogação, invalidação e convalidação. Procedimento administrativo.								
5. Licitação. Conceito, natureza jurídica, objeto e finalidade. Princípios básicos e correlatos. Modalidades. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Procedimento licitatório. Anulação, revogação e recursos administrativos. Procedimentos voltados ao processo administrativo sancionatório. Lei Federal nº 14.133/2021.								
6. Contrato administrativo. Conceito, principais características e espécies. Formalização, execução e inexecução. Duração, prorrogação, renovação e extinção. Revisão e rescisão. Convênios e consórcios.								

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
<u>PROVA DISCURSIVA (MATERIAL - CLIQUE AQUI)</u>								
7. Serviços públicos. Conceito, características e classificação. Competência, regulamentação e controle. Princípios. Direitos e deveres dos usuários. Atendimento Especializado ao Público no âmbito da Defensoria Pública. Formas de prestação e remuneração. Concessão, permissão, autorização e parceria público-privada.								
8. Bens públicos. Conceito, elementos e classificação. Aquisição e espécies. Utilização e regime jurídico. Afetação e desafetação. Gestão e alienação.								
9. Agentes públicos. Conceito e classificação. Organização e regime jurídico funcional. Procedimentos disciplinares.								
10. Atribuições administrativas das Defensorias Públicas Regionais da Capital, da Região Metropolitana e do Interior; atividade de gestão pública de incumbência do Defensor Público do Estado Coordenador.								
11. Regime previdenciário. Responsabilidade administrativa, civil e criminal.								
12. Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado. Noções gerais sobre a responsabilidade extracontratual do Estado. Teorias sobre a responsabilidade e a irresponsabilidade do Estado. Responsabilidade por atos administrativos, legislativos e judiciais. Reparação do dano e direito de regresso.								
13. Intervenção do Estado na propriedade. Fundamentos, competência e controle judicial. Desapropriação. Servidão administrativa. Requisição. Ocupação temporária. Limitações administrativas. Tombamento.								
14. Controle da Administração Pública. Controle político e administrativo. Conceito, fundamentos, natureza jurídica, objetivo e classificação. Controle legislativo e Tribunal de Contas. Improbidade administrativa.								
NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS								
1. Origem, sentido e evolução histórica dos Direitos Humanos.								
2. Direito internacional dos Direitos Humanos: fontes, classificação, princípios, características e gerações de direitos humanos.								

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
PROVA DISCURSIVA (MATERIAL - CLIQUE AQUI)								
Normas de interpretação dos tratados de Direitos Humanos. Resolução de conflitos ante a colisão de direitos humanos. A responsabilidade internacional por violação dos direitos humanos: tratados internacionais de direitos humanos e as obrigações assumidas pelo Brasil, formas de reparação e sanções coletivas e unilaterais. A vigência e eficácia das normas do direito internacional dos Direitos Humanos.								
A incorporação dos tratados internacionais de proteção de direitos humanos ao direito brasileiro. A posição hierárquica dos tratados internacionais de Direitos Humanos em face da Constituição da República do Brasil. O direito da autodiscriminação: discriminação direta e indireta e ações afirmativas. A execução de decisões oriundas de tribunais internacionais de Direitos Humanos no Brasil.								
3. O sistema internacional de proteção e promoção dos Direitos Humanos: Organização das Nações Unidas (ONU). Órgãos convencionais e extraconvencionais. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP).								
4. Sistema Regional Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. Organização dos Estados Americanos (OEA): declarações, tratados, resoluções, relatórios, informes, pareceres, jurisprudência (contenciosa e consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos), normas de organização e funcionamento dos órgãos de supervisão, fiscalização e controle. Comissão Interamericana de Direitos Humanos: relatórios de casos, medidas cautelares, relatórios anuais e relatoria para a liberdade de expressão. Corte Interamericana de Direitos Humanos.								
NOÇÕES DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO IDOSO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER E DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA								
1. Criança e Adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Lei do SINASE (Lei nº 12.594/2012).								
2. Idoso. Política Nacional do Idoso. Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Legislação e princípios institucionais da Defensoria Pública aplicáveis ao direito do idoso. Legislação estadual de proteção ao idoso.								

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
PROVA DISCURSIVA (MATERIAL - CLIQUE AQUI)								
3. Pessoa com deficiência. Convenção dos direitos das pessoas com deficiência e Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).								
4. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Gênero; violência de gênero; violência contra as mulheres. Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Medidas protetivas às vítimas de violência doméstica e familiar. Atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual (Lei nº 12.845/2013). Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.								
5. Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.								